

Educação da primeira infância

Marcelo Neri

Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV

www.fgv.br/cps, mcneri@fgv.br

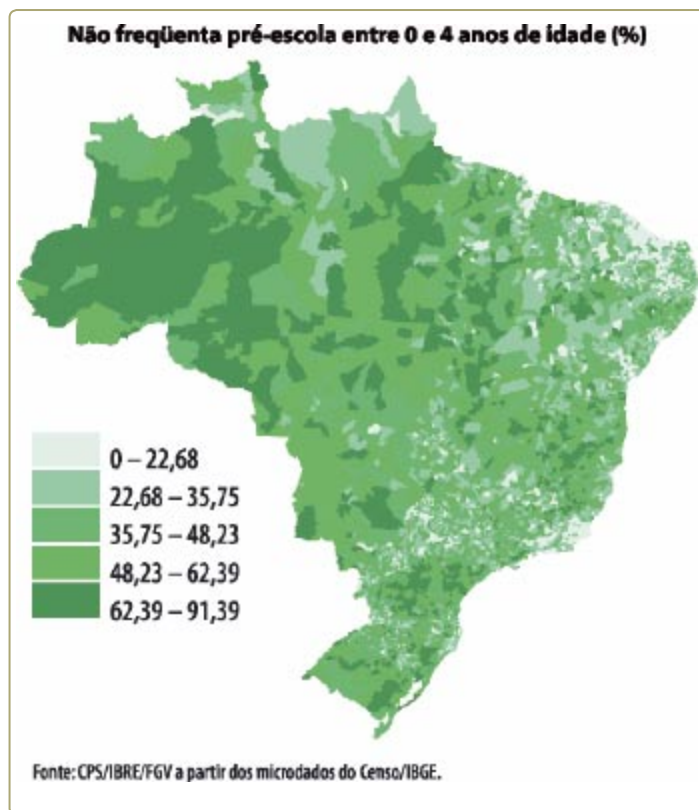


Os pesquisadores da área social buscam à luz da evidência empírica disponível chegar a uma nova geração de políticas públicas. Uma espécie de Santo Graal que nunca é alcançado, mas cuja procura conduz a renovadas conquistas. Se fosse sintetizar os principais elementos hoje perseguidos no desenho de inovações das intervenções — isto é, o que é *in* em políticas sociais —, eu diria: incentivos, informação e infância.¹ No que tange ao último aspecto, países e pais que cuidam de suas crianças, desde a sua idade mais tenra, viabilizam seu futuro.

James Heckman, o Nobel de Economia, e Flávio Cunha, recém-contratado pela EPGE/FGV, nos brindam com suas mais recentes descobertas sobre a importância da Educação na primeira infância. Elas demonstram que crianças que tiveram a oportunidade de frequentar o equivalente a creches e pré-escolas, apresentaram na idade adulta renda mais alta e probabilidades mais baixas de prisão, de gravidez precoce e de depender de programas de transferência de renda do Estado no futuro. Ou seja, acaba sendo mais produtivo do ponto de vista social e fiscal, prevenir do que remediar, investindo desde a primeira infância. A educação nesta primeira fase da vida constitui o verdadeiro custo de oportunidade social, qual seja, a oportunidade de investimento com maior retorno social disponível. E mais: quanto menor for a idade da criança objeto do investimento educacional recebido, mais alto será o retorno percebido.

Informação — Para melhor avaliar a situação nacional, o Centro de Políticas Sociais lança pesquisa sobre primeira infância, buscando fornecer três tipos de contribuições, a saber: 1) banco de dados amigável sobre frequência escolar nesta idade para cada localidade do país, com o objetivo não só de informar os gestores de políticas e formadores de opinião, mas embasar o cidadão comum na tomada de decisão acerca do seu filho; 2) evidências das correlações entre frequência na pré-escola e creche, de um lado, e outras variáveis sociais de interesse; e 3) discussão das implicações de política, explorando alguns *up grades* desejados tanto no incentivo à demanda de educação como no Bolsa Família, além de programas de oferta, como na passagem do Fundef para o Fundeb, ora em discussão no Congresso.

Os rankings traçados seguem a estrutura curricular vigente, abordando a taxa de frequência nas creches para crianças de zero a três anos e nas pré-escolas de idade de quatro a seis. A cidade com o nome sugestivo de Pracinha, no Estado de São Paulo, é o município brasileiro com maior taxa de frequência em creches: 59,4% das crianças de zero a três anos. Entre os dez municípios com maior frequência encontramos três paulistas, três paraanaenses e quatro nordestinos, revelando marcada diversidade regional. Os destaques da dicotomia público/privada nos leva de volta à Pracinha, o município brasileiro com maior taxa de frequência em creches públicas: 100% das crianças de zero a três anos matriculadas. Já Niterói é a cidade líder em matrículas em creches particulares com 20,4% do total de crianças de zero a três anos.



Quando tratamos a frequência à pré-escola da população de quatro a seis anos de idade, hoje absorvendo 68,4% das crianças contra 11,3% da creche (a primeira está subindo e a última está estagnada nos últimos anos), notamos a forte presença de municípios nordestinos no topo do ranking da pré-escola (oito entre os dez mais). No mapa da frequência pré-escolar, as manchas mais claras confirmam o destaque representado pelo Nordeste, evento raro em nossas estatísticas sociais. Obviamente, há que se avaliar a qualidade da educação infantil, mas o fato de as crianças da região mais pobre do país estarem na escola, cria condições especiais para o desenho de políticas preventivas de combate à pobreza, ou pelo menos aumenta a responsabilidade dos governantes em fazer com que as instituições de ensino façam mais bem do que mal às crianças.

O site da pesquisa www.fgv.br/ibre/cps permite a cada um responder: quem são as crianças de zero a seis anos na sua localidade (sexo, cor, deficiência...), o que elas fazem (se e onde estudam), quem são seus pais (status conjugal, religião, etc.), o que fazem, quanto ganham, onde moram entre outras perguntas. Exemplificamos aqui a possibilidade de análise com pais no grupo de pessoas com 12 ou mais anos de estudo. Entre os filhos de zero a três anos de idade que frequentam a creche, 16,28% deles possuem mãe com 12 anos ou mais de estudo, contra 4,22% daquelas que não frequentam, ou seja, quase quatro vezes mais. Lição: a educação dos pais gera a educação dos filhos.

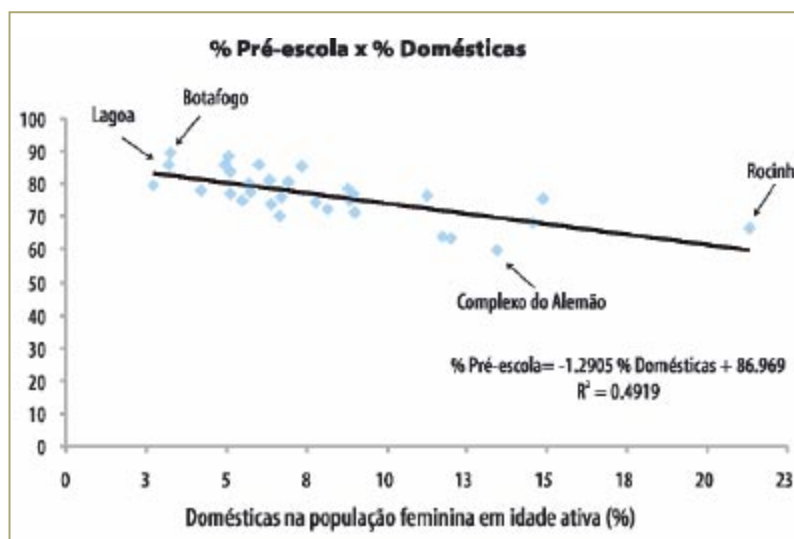
Observamos a seguir uma visão local através de gráfico com as regiões administrativas do município do Rio de Janeiro, plotando a relação entre a proporção de crianças de quatro a seis anos na pré-escola e a proporção de empregadas

domésticas morando na respectiva localidade — entre as mulheres adultas da Rocinha, 21% são domésticas (ou 47% das ocupadas). Notamos que em lugares mais pobres, nas favelas em particular, a proporção de domésticas em idade ativa cai com o aumento da taxa de crianças na pré-escola. Estas pobres mulheres vão cuidar dos filhos de outras e deixam os seus filhos em casa fora da pré-escola.

Criamos cenários a partir dos dados disponíveis para o Brasil, como as percepções de qualidade de vida de adultos são relacionadas às suas experiências prévias de educação na primeira infância. Vejamos a título de exemplo: um homem, negro, de 25 a 44 anos de idade, que imigrou há quatro anos para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro com, pelo menos, nível superior incompleto e que não freqüentou nem creche, nem pré-escola na sua infância. A proporção de pessoas que acham boa, muito boa ou ótima a sua condição educacional é 73,69% contra 85,77% para aqueles com as mesmas características que cursaram toda a educação infantil. Encontramos resultados qualitativos similares para outras percepções como aquelas ligadas à saúde, habitação, segurança e trabalho.²

Incentivos — O Bolsa Família vem organizar o lugar que é do Estado nas transferências de renda, introduzindo novas motivações à freqüência escolar. A transferência de renda condicionada do Bolsa Família desempenha um papel principal no curto prazo e coadjuvante no longo prazo. O desafio é o desenho de uma nova geração de políticas sociais que contribua com as crianças de hoje que estejam em melhores condições quando adultas, *up grades* que nos levem a um Bolsa Família versão 2.0. O problema dos incentivos atuais fornecidos pelo Bolsa Família é que eles parecem chover no molhado. O programa dá incentivos às crianças de sete a 15 anos a freqüentarem a escola. Este é um segmento onde a quase totalidade dessas crianças já estariam matriculadas na escola, mesmo sem o programa. O Bolsa Família parece ser um bom programa de transferência de renda — que dá o peixe —, mas não um bom programa educacional que ensina a pesquisar. Acho que dar atenção à pré-escola, às crianças de quatro a seis anos, depois de zero a seis criar uma contrapartida de que na pré-escola a mãe não só vacine a criança mas também a ponha na pré-escola é uma direção interessante, principalmente se combinada com programas de oferta de educação — como na passagem do Fundef para o Fundeb, ora em discussão no Congresso.

Outro norte a ser perseguido é a melhora na qualidade da educação. O problema do Brasil não é a freqüência, ou estar matriculado na escola. Freqüentar a escola é importante, mas, além disso, e o que capta o efeito dessas duas coisas, é a qualidade da educação, que é baixíssima. Usar incentivos pecuniários para que as escolas e as crianças melhorem seu desempenho pode ser interessante. Outra extensão seria estender o incentivo do Bolsa Família para a população acima



de 16 anos ou mais, substituindo com uma segunda bolsa iniciativas, como a do Primeiro Emprego.

Em suma, atuar na pré-escola, dando incentivos, pode ser mais interessante do que o Bolsa Família como está, melhorar a qualidade para as pessoas que estão na faixa dos sete aos 15 anos de incentivo escolar, cobrar não só quantidade mas qualidade de educação, criar incentivos para isso. E na fase posterior de atuação do Bolsa Família, gerar, não incentivo ao primeiro emprego mas, através de uma segunda Bolsa Família, melhorar os baixos níveis educacionais observados em todas as partes do Brasil.

A vantagem de políticas voltadas à primeira infância é que: 1) atingimos um segmento particularmente pobre da sociedade brasileira com renda familiar *per capita* de R\$ 170 das crianças de zero a nove anos, contra R\$ 422 das pessoas com 60 anos ou mais de idade. Além desta desvantagem, as crianças têm perdido terreno, em relação aos demais. Nos últimos 12 anos, uma pessoa da terceira idade ganhou em termos reais R\$ 102 a mais por pessoa, enquanto uma na primeira idade ganhou cerca de R\$ 5,8; 2) as pessoas que recebem investimentos em capital humano quando mais jovens dispõem de mais tempo para usufruir dos ganhos proporcionados; e 3) nesta fase da vida os retornos do investimento em termos de ganho de capacidades cognitivas e não-cognitivas que vão determinar a capacidade de aprendizado, de trabalho e de bem-estar futuro quando adultas, são os maiores encontrados em relação a qualquer faixa etária, dominando aqueles realizados em outros estágios do ciclo de vida. ▣

¹Da mesma forma, o que está *out* nas políticas públicas também começa com *in*: ineficiência, iniquidade e inflação.

²O ideal para aferição de impacto seria uma amostra aleatória onde a freqüência à educação infantil possa ser fiscalizada de maneira adequada, através da comparação de grupos de tratamento e de controle. Outra condição fundamental é que esta amostra seja longitudinal, ou seja, que acompanhemos a trajetória de ciclo de vida de ambos os grupos. No Seminário Internacional realizado pela EPGE/FGV foi dado um primeiro passo nesta direção e outro no sentido de levar o Fundeb até a fase de zero a três anos de idade.